


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1008353-07.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Cheque**
 Exequente: **Silvano Pereira**
 Executado: **Garbuio Engenharia e Construtora Ltda Me**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput,
 parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos
 à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de embargos à execução que está
 lastreada no cheque encartado à fl. 11.

Embora a embargante não reconheça a existência
 da dívida, alegando que o embargado também está em dívida para com ele, não nega em
 momento algum a emissão do título posto em discussão.

Contudo, a embargante não amealhou uma prova
 sequer de suas alegações.

Com efeito, os embargos opostos não foram
 instruídos com um único elemento que ao menos conferisse verossimilhança ao asseverado
 pelo embargante, o qual também não demonstrou interesse em produzir qualquer outro tipo
 de prova (fl. 28).

De outra parte, o título executivo não padece de
 qualquer vício que modifique a sua natureza ou impeça que seja exigido o seu pagamento,
 sendo incontroversa a sua emissão.

1008353-07.2016.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

O quadro delineado revela que a explicação do embargante permaneceu isolada e não se contrapõe de forma suficiente ao cheque apresentado pelo embargado, o qual conserva os atributos que lhe são inerentes.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução.

P.I

São Carlos, 28 de novembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA